

Em cinco anos, história do crime da Samarco é marcada pela injustiça

PODER Procuradores, advogados e movimentos denunciam atuação do Judiciário favorável às mineradoras

Wallace Oliveira

Cinco anos após o rompimento da barragem de Fundão, pertencente à Samarco, Vale e BHP, atingidos seguem sem reparação. Essa é a avaliação de atingidos e figuras públicas das instituições de Justiça de toda a Bacia do Rio Doce.

"Absolutamente nenhum grupo, sejam eles agricultores, lavadeiras, artesãos, pescadores, pequenos comerciantes, foi integralmente indenizado. O ambiente também não foi recuperado. Os reassentamentos das vilas não aconteceram, casas trincadas não foram consertadas, o auxílio para pessoas que pararam de trabalhar foi suspenso em plena pandemia", avaliou Silmara Cristina Goulart, coordenadora da Força-tarefa do Ministério Público Federal (MPF) para o caso do Rio Doce.

Parcialidade e conflitos de interesses

Atingidos, movimentos e profissionais do direito apontam que o Judiciário tem uma atuação francamente favorável à mineradora.

Os casos são conduzidos na 12ª Vara Federal de BH pelo juiz substituto Mário de Paula Franco Júnior. Segundo os movimentos, um dos problemas é o conflito de interesses. Por exemplo, a mesma empresa que faz perícias para o juiz já realizou estudos a serviço da Fundação Renova, uma organização controlada pelas mineradoras.

Em outra situação, uma liminar autorizou a Samarco a descontar os valores de auxílios emergenciais das



indenizações finais que seriam pagas às vítimas. A decisão depois foi derrubada pelo Tribunal Regional Federal (TRF-1). Em uma audiência em 2016, o juiz teria se referido às vítimas como oportunistas, interessadas em enriquecer com o caso.

Segundo o MAB, o magistrado também resiste a implementar as assessorias técnicas, um corpo de profissionais escolhido com aval dos atingidos, previsto em um acordo que as próprias empresas assinaram em 2016. "As assessorias são quem tem estrutura para garantir que os atingidos de todas as categorias participem do processo", argumenta Thiago

Absolutamente nenhum grupo, sejam eles agricultores, lavadeiras, artesãos, pescadores, pequenos comerciantes, foi integralmente indenizado", afirma MPF

Alves, do movimento.

Thiago ressalta que o problema vai além da atuação de apenas um indivíduo. "Existe uma espécie de acordo entre a mineradora, o governo federal, o Supremo Tribunal Federal e o Conselho Nacional de Justiça para garantir que as coisas sejam assim", denuncia. O procurador Edilson Vitorelli avalia que a não contratação das assessorias dificulta a reparação.

"Como as assessorias não foram contratadas, muitos programas não foram executados, as pessoas não foram devidamente atendidas. Vencido o prazo, o Ministério Público fez uma petição dizendo que queríamos a retomada de uma ação de R\$ 150 bilhões. Essa petição foi feita há algumas semanas e, até agora, não foi decidida pelo juiz da 12ª Vara Federal em BH", recorda.

Acordo pelo alto, sem participação

Em 2016, um Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) firmado entre a Samarco, a União e os governos de Minas Gerais e do Espírito Santo, estabeleceu os programas de reparação, que seriam executados pela Fundação Renova, uma entidade privada

A Renova é um escudo que protege as mineradoras

que se apresenta como figura neutra, mas está sob controle das mineradoras.

"A Renova é um escudo que protege as mineradoras, do ponto de vista formal, administrativo, jurídico, mas também é um escudo de publicidade. Por meio dela, as mineradoras controlam um orçamento bilionário e a agenda financeira das cidades", aponta Thiago Alves.

De acordo com advogados, os critérios para identificar quem são os atingidos e aferir perdas e direitos de cada família não tomam como base nenhuma matriz de danos construída pelas comunidades, mas a visão da própria Renova.

Vitória permitida

De acordo com o MPF, no final de julho de 2020, o juiz da 12ª Vara estabeleceu 13 novos processos, desmembrados do processo prinSe esses processos fossem coisa boa, não estariam sendo feitos de maneira oculta

cipal, sendo que nove foram mantidos em segredo de Justiça.

"Se esses processos fossem coisa boa para os atingidos, não estariam sendo feitos de maneira oculta", alerta Edilson Vitorelli. Nos outros três, o Ministério Público descobriu que foi fixada uma matriz de danos de comissões, com um critério aleatório, utilizando dados que não foram discutidos nos próprios processos.

"Há uma decisão que define quantas lavadeiras vão receber, quantos areeiros vão receber, quantos pescadores vão receber e nós não sabemos de onde vêm esses números. Advogados ganham esses processos porque eles obtêm uma matriz de danos que diz quantos atingidos têm que receber. Essa vitória combinada gerou uma matriz que é prejudicial aos atingidos", denuncia o procurador.

Política de atingidos

De acordo com o MAB, a reparação também é dificultada pela ausência de uma lei específica para os atingidos por barragens, tanto em âmbito estadual quanto federal. Na ALMG, tramita um projeto dessa natureza (PL 1200/2015), que vai a Plenário para votação final. No âmbito federal, a Câmara aprovou o Projeto de Lei 2788/2019, que está parado no Senado.

Após cinco anos, atingidos em Mariana continuam sem suas casas

CRIME SAMARCO/VALE/BHP Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo estão com obras atrasadas e Gesteira ainda nem começou a ser construída

Larissa Costa

A vida na cidade não é fácil. Porque tudo tem que buscar no mercado. Muitos parece que perderam a esperança de viver. A gente vê nos olhos das pessoas. E muita gente já desistiu, nem quer mais voltar, porque cinco anos já se passaram, não tem nenhuma casa pronta, e a Fundação Renova mente muito".

O desabafo é da agricultora Maria Geralda Oliveira da Silva, que morava em Paracatu de Baixo, em Mariana (MG), até 5 de novembro de 2015.

Nessa data, a barragem de Fundão, de propriedade da Samarco – empresa controlada pela Vale e pela BHP Billiton – rompeu e despejou 50 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro ao longo de toda a bacia do Rio Doce.

Cinco anos depois, 334 famílias de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira – distritos que foram totalmente devastados – não foram reassentadas. É o caso da Maria Geralda, que está morando em Mariana com cinco, dos seus seis filhos.

De acordo com informações da Fundação Renova, as obras da nova comunidade de Paracatu de Baixo estão em andamento. No entanto, Maria Geralda, que faz parte do grupo de atingidos que fiscaliza as obras, alerta que não existe nenhuma casa construída.

"Tem seis bases, que foram feitas em maio e estão do mesmo jeito. E até hoje não tivemos resposta de como vai ser a água. Nós te-



mos medo de ter casa, mas não ter água", comenta.

Bento Rodrigues e Gesteira

Bento Rodrigues, o primeiro distrito a ser atingido pela lama, está com a obra um pouco mais avançada. Segundo a Fundação Renova, as obras de infraestrutura e dos bens coletivos do reassentamento estão na fase final. O prazo para entrega das



O prazo para entrega das comunidades prontas já teve três adiamentos

comunidades prontas já teve três adiamentos, passando de março de 2019 para fevereiro de 2021.

Já a nova comunidade de Gesteira ainda não começou a ser construída e seu projeto

Casa solidária

Para denunciar a lentidão na construção das novas comunidades, atingidos organizados no MAB iniciaram, em novembro do ano passado, a construção de uma casa a partir do trabalho coletivo e solidário. Yolanda Gouveia, o marido Douglas Basílio e seus três filhos foram os escolhidos para morar na casa nova, com inauguração dia 30 de outubro.

Até hoje, a família de Yolanda não foi reconhecida como atingida pelo crime da Samarco/Vale/BHP. A casa onde moravam apresenta rachaduras e oferece risco, foi impactada pela movimentação de maquinário da mineradora nas obras de reparação em Barra Longa.

Para denunciar a lentidão, atingidos construíram uma casa a partir do trabalho coletivo e solidário conceitual aguarda homologação na Justiça Federal.

"A Renova vem postergando, cometendo erros primários de engenharia. Tudo leva a crer que esses erros são propositais, afim de dar uma sobrevida para a Fundação", critica Mauro Marcos da Silva, comerciante, que teve sua casa destruída em Bento Rodrigues.

Vida nova?

Os atingidos pelo crime da Samarco/Vale/BHP ainda sofrem pelas perdas que tiveram. A lama deixou 19 pessoas mortas, derrubou casas, levou pertences, documentos, matou animais, destruiu plantações e assolou os modos de vida das comunidades.

"Nunca mais vamos viver igual, não vamos ter a mesma convivência no novo reassentamento. A gente era como se fosse família em Paracatu. Hoje está todo mundo diferente, a própria Fundação foi colocando as pessoas contra as pessoas", comenta Maria Geralda.

Mauro concorda. "Bento era um local pacato, um vilarejo: o compartilhar, a amizade, o sentar na beirada da rua, o dividir o pouco que tinha com os vizinhos. Após cinco anos, as pessoas se habituaram à vida na cidade. Resgatar o vínculo de pertencimento vai ser difícil", aponta.

Cinco a

Cinco anos depois, 334 famílias de Bento, Paracatu e Gesteira não foram reassentadas

Comunidades subservientes às empresas

Para Letícia Faria, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a demora na entrega das obras está relaciona com o modelo de reparação realizado pela Renova, que "protege a imagem das empresas, faz boa propaganda do que está sendo feito e cria um precedente para que futuras reparações, sejam feitas por uma fundação privada. É para aumentar o poder das empresas nos territórios. Recurso tem. O objetivo é manter as comunidades subservientes às empresas", completa.

Mulheres atingidas pela barragem da Samarco, Vale e BHP completam cinco anos sem reparação

DESIGUALDADE Atingidas relatam o impacto do crime continuado em suas vidas

Raíssa Lopes

s mulheres atingidas pelas barragens vivem uma realidade de violação de direitos duplicada, pois enfrentam as situações que lhes foram impostas pelas mineradoras em uma sociedade já desigual para elas.

Como ocorre no restante do Brasil, também na bacia do Rio Doce, as mulheres são a maior parcela da população brasileira a vivenciar a informalidade. E por isso, elas são menos reconhecidas como atingidas pela Fundação Renova. Isso compromete a independência financeira das mulheres.

Até hoje a maioria das mulheres, que tiveram suas vidas completamente alteradas pelo rompimento da barragem da Samarco, recebe o dinheiro do auxílio financeiro e das indenizações - quando pagas - apenas por meio dos maridos. Somente um terço dos cadastros foi registrado em nome delas, revelam dados recolhidos pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Os muitos impactos na vida das mulheres

Dona Maria Helena Barreto, de 54 anos, mora em Barreto, subdistrito de Barra Longa devastado pela ruptura da barragem de Fundão. Em 2015, ela e o marido perderam os móveis, o engenho de onde tiravam o sustento, as criações de animais e a casa, que foi recentemente reformada pela Renova, mas segue em área de risco. Da Vale/Samarco/BHP, ela continua recebendo uni-



camente a promessa de uma nova casa mais segura.

Em seu quintal, convive diariamente com os rejeitos altamente tóxicos que até hoje não foram retirados. Sua família já apresentou diversos problemas de saúde. As idas ao hospital e exames foram pagos com dinheiro do próprio bolso.

"Eu e minha cunhada, a gente trabalhava e tinha o dinheirinho da gente. Agora a gente não tem mais nada porque para eles [Samarco/Vale/BHP] não somos trabalhadoras. O pior de tudo é a humilhação. Aqui em casa, quem sempre comprava roupa, sapato, material da escola, era eu. Agora tem que ficar pedindo. E o dinheiro não dá", desabafa.

Quem comprava roupa, sapato, material da escola, era eu. Agora tem que ficar pedindo" As mulheres enfrentam também a perda de trabalho e renda, indenizações baixas, tentativas de retiradas do auxílio financeiro emergencial, falta de reestruturação da comunidade, entre outros.

Saúde e educação

"Outra coisa que tem pesado muito é a saúde. Tem contaminantes no rejeito e o povo que está usando a água que vem do Rio Doce, e os que moram perto de áreas onde a lama chegou estão ficando doentes. E fica sob responsabilidade das mulheres cuidar de quem adoece, além delas mesmo estarem doentes", declara Letícia Oliveira, integrante do MAB.

Fernanda Portes, também militante do MAB, chama a atenção para o cuidado com a educação. "Elas se preocupam mais com a educação dos filhos. Se uma barragem faz com que a escola da comunidade tenha que ser transferida para outro local, é ela que tem que levar as crianças. A alimentação muda, tudo muda", analisa.



Cristiane Ribeiro

Barra Longa/MG

Depois de cinco anos nós lutamos muito, mas até hoje não fomos reconhecidos como atingidos. A Renova só faz as coisas pros ricos, pra prefeito. Hoje tem tanto homem dessas firmas na cidade que a gente fica até com medo de soltar nossos filhos nas ruas.



Fernanda Guimarães

Regência/ES

Desde o rompimento da barragem, a gente sofre muito com o abastecimento de água aqui na vila. Os caminhões-pipa nunca foram suficientes para a quantidade de pessoas. Começaram a misturar a água do caminhão com a água do rio sem termos nenhuma pesquisa que comprove que a água está boa.



Joselita Maria Correia

Colatina/ES

A água faz até o café que a gente faz ficar ruim, de tanto remédio que eles colocam, ela vem com gosto. As mulheres aqui tão todas reclamando que o cabelo está caindo desde o dia do crime. As crianças estão todas com coceira.



Gisele SoaresPeriquito/MG

Cinco anos atrás nos foi tirado o direito de pescar no rio, de deitar e dormir com segurança, sabendo que o outro dia seria um dia de paz. Com esse rompimento, o que me restou foi uma hipertensão, sofrimento, falta de água, mas também muita luta.